

Rigor monetário mantido até 82

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

As normas para os subsídios, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o controle quantitativo do crédito bancário poderão ser alteradas no próximo ano. O Banco Central está, atualmente, estudando cada um desses importantes instrumentos da política econômica governamental para definir as bases para o orçamento monetário de 1982 e, dessa análise, poderá surgir a proposta de algumas modificações. No caso específico dos subsídios, a intenção de BC é ou rever o volume de subsídios concedidos ou definir parcelas maiores de recursos de origem fiscal — portanto, não inflacionários — para atendê-los. Ou, ainda, combinar essas duas propostas, a hipótese aparentemente mais provável.

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, admite que ainda não existe uma definição sobre o IOF e sobre o controle quantitativo do crédito para 1982. "Sempre consideramos esses dois instrumentos como transitórios. E estamos permanentemente avaliando o momento adequado de alterá-los", afirma. E confirma que, pela primeira vez, o orçamento monetário está sendo formulado antes do orçamento fiscal, na busca de uma "verdade orçamentária". Outra informação sobre a política monetária no próximo ano: o open market deverá ser menos acionado do que neste ano como instrumento de contenção.

SEGUNDO SEMESTRE

Para este segundo semestre, no entanto, não existem dúvidas no Banco Central: não serão adotadas quaisquer alterações na política monetária. Pois, como afirma Langoni, "evitou-se uma recessão, via crise de balanço de pagamentos, sem provocar uma crise de liquidez". Neste ano, procurou-se, lembra, conter mais as fontes primárias de moeda, como as operações do Banco do Brasil, do que a atuação dos bancos privados. Tanto assim que, ao término do primeiro semestre, os empréstimos totais dos bancos comerciais haviam crescido 42,3%. Em relação a dezembro, mais do que no primeiro semestre de 1980 (35,3%) e quase tanto quanto a inflação do período — 45,2%. Obviamente, boa parte dos recursos captados pelos bancos comerciais vieram do exterior: os repases de empréstimos estrangeiros cresceram Cr\$ 296,5 bilhões no primeiro semestre.

De qualquer forma, as autoridades monetárias parecem dispostas a permitir uma expansão monetária um pouco maior do que a prevista pelo orçamento monetário, pelo qual a base monetária (emissão primá-

ria de moeda) e os meios de pagamento (moeda em poder do público mais depósitos nos bancos) teriam de crescer somente 50% neste ano. "A tendência, agora, é de estabilização. Não deverá haver um permanente declínio da expansão monetária, que deve variar, até o fim do ano, entre 55 e 60%", afirma Langoni, comparando o País a uma pessoa que já fez dieta para emagrecer e só precisa, nos próximos meses, manter a forma, sem perder necessariamente mais peso.

O presidente do Banco Central confirma, ainda, que a fórmula de cálculo da correção cambial foi mesmo modificada, este ano, em relação ao método tradicional, que era subtrair da inflação interna a inflação externa. Agora, a correção cambial deverá acompanhar fielmente a evolução da correção monetária, que, por sua vez, segue o crescimento dos preços internos. Em um processo que deverá perdurar por mais seis meses a um ano, haverá esse ajustamento da desvalorização do cruzeiro, sem contar a inflação externa.